

Gilmar defende autocomposição como saída contra a judicialização excessiva

A alta judicialização da vida dos brasileiros é o tema central do **Anuário da Justiça Brasil 2025**, lançado na noite desta quarta-feira (11/6), e também foi o assunto predominante do discurso do ministro **Gilmar Mendes**, decano do Supremo Tribunal Federal, no lançamento da publicação.

O evento ocorreu no Salão Branco do STF, em Brasília. Em sua fala, Gilmar chamou a atenção para a sobrecarga enfrentada pelos magistrados do Brasil, que analisaram, em média, mais de 2,3 mil casos cada um em 2024. O ministro defendeu a busca por soluções consensuais como alternativa à excessiva judicialização, citando os acordos bem-sucedidos conduzidos pelo STF em áreas como saúde, economia e conflitos fundiários.

“Vivemos em uma sociedade que ainda deposita nos tribunais a esperança e, por vezes, o fardo de resolver praticamente todos os seus conflitos. Nesse contexto, cresce o debate sobre a consensualidade como alternativa necessária e urgente à judicialização excessiva”, disse o ministro. “A autocomposição é um caminho profícuo e com futuro vigoroso pela frente, assim esperamos. Aqui no Supremo, por exemplo, temos inúmeros exemplos de sucesso de autocomposição.”

Além de Gilmar, também discursaram no evento o presidente do Supremo e do Conselho Nacional de Justiça, ministro **Luís Roberto Barroso**; o presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, **Herman Benjamin**; o diretor da **Conjur**, **Márcio Chaer**; e a presidente do Conselho Curador da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), **Celita Procópio**.

Mais de 250 convidados marcaram presença no evento, entre eles os ministros do STF **Dias Toffoli**, **Edson Fachin**, **Alexandre de Moraes**, **Cristiano Zanin** e **Flávio Dino**; os ex-ministros do STF **Carlos Velloso** e **Ricardo Lewandowski**; o procurador-Geral da República (PGR), **Paulo Gonet**; o advogado-geral da União, **Jorge Messias**; o vice-presidente do Superior Tribunal Militar (STM), **Francisco Joseli Carneiro**; os ministros do Superior Tribunal de Justiça **Saldanha Palheiro**, **Villas Bôas Cueva**, **Reynaldo Soares da Fonseca**, **Luis Felipe Salomão**, **Og Fernandes** e **Sebastião Reis Junior**; a ministra do Tribunal Superior do Trabalho **Delaíde Arantes**; o governador do Rio de Janeiro, **Cláudio Castro**; o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), **Ricardo Couto de Castro**; além de advogados, membros do Ministério Público e representantes diplomáticos no Brasil.

Veja a seguir a íntegra do discurso de Gilmar Mendes:

Leia a seguir a íntegra do discurso de Gilmar Mendes:

Boa noite a todas e todos, aproveitar o nosso presidente, ministro Barroso, e em seu nome cumprimentar todos os presentes, aproveitar também a presença da a senhora Celita Procópio, dizer que é com grande honra que participo do lançamento da 19ª edição do Anuário da Justiça do Brasil, publicada pela editora Consultor Jurídico, em parceria com a Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).

Este Anuário já se consolidou como o mais completo retrato institucional do Poder Judiciário brasileiro, oferecendo uma análise profunda da atuação do Supremo e dos nossos tribunais superiores, destacando seus principais julgados e o perfil dos ministros que as integram.

Trata-se de um instrumento de transparência e de cidadania, um guia indispensável para quem busca compreender a dinâmica da Justiça em nosso país. A edição de 2025 revela números que impressionam, no ano de 2024 foram



ajuizados mais de 39 milhões de processos em todo o Brasil.

A intensidade da atividade judicial também é notável, cada magistrado analisou, em média, mais de 2.300 processos ao longo do ano, o que representa, aproximadamente, nove casos por dia útil.

O judiciário brasileiro proferiu mais de 44 milhões de decisões em apenas dois meses. Esses números revelam a dimensão do protagonismo institucional do Poder Judiciário, mas também nos convidam, como já foi apontado pelo ministro Barroso, à reflexão.

Vivemos em uma sociedade que ainda deposita nos tribunais a esperança e, por vezes, o fardo de resolver praticamente todos os seus conflitos. Nesse contexto cresce o debate sobre a consensualidade como alternativa necessária e urgente à judicialização excessiva.

Que possamos ter como norte sempre a melhor pacificação de nossas sociedades, utilizando todos os caminhos disponíveis para tanto. O Poder Judiciário sempre estará de portas abertas para solucionar os conflitos que surgirem, mas a realidade mostrou que muitas vezes há alternativas mais efetivas para realizar essa tarefa.

A autocomposição é um caminho profícuo e com futuro vigoroso pela frente, assim esperamos. Aqui no Supremo, por exemplo, temos inúmeros exemplos de sucesso de autocomposição. Acordo nos planos econômico, ICMS nos combustíveis, judicialização da saúde, acordo de Mariana, acordo para a pacificação de conflito decorrente de construção da usina de Itaipu e acordo envolvendo conflito de demarcação de terra indígena no Mato Grosso do Sul.

Registro, por fim, meus cumprimentos à equipe da ConJur, em especial ao Márcio Chaer, pelo rigor editorial e pela contribuição permanente da cultura jurídica nacional. Que o Anuário da Justiça do Brasil 2025 inspire operadores do direito, acadêmicos e a sociedade civil a refletir sobre o desafio e as possibilidades de um judiciário cada vez mais transparente, acessível e comprometido com os ideais constitucionais.

Desejo a todos uma ótima leitura. Obrigado.

Veja a seguir a íntegra do evento de lançamento do Anuário:

A versão impressa do **Anuário da Justiça Brasil 2025** está à venda na **Livraria ConJur** (clique aqui para reservar o seu exemplar). A versão digital é gratuita e pode ser acessada pelo site anuario.conjur.com.br.

ANUÁRIO DA JUSTIÇA BRASIL 2025

19ª Edição

ISSN: 2179981-4

Número de páginas: 256

Versão impressa: R\$ 50, em pré-venda na **Livraria ConJur**

Versão digital: disponível gratuitamente no app “Anuário da Justiça” ou pelo site anuario.conjur.com.br

O **Anuário da Justiça Brasil 2025** contou com o apoio da Fundação Armando Álvares Penteado — FAAP.

Anunciaram nesta edição do Anuário da Justiça Brasil:

Adriana Bramante Advogados Associados
Advocacia Amanda Flávio de Oliveira
Advocacia Fernanda Hernandez
Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica
Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia
Basilio Advogados
Bergamini Advogados
Bermudes Advogados
Bialski Advogados Associados
Bottini & Tamasauskas Advogados
Bradesco S.A.
Carneiros Advogados



Capa da nova edição do Anuário da Justiça Brasil 2025



Cecilia Mello Advogados
Cesa – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Corrêa Advogados
CP Legal Claims
D’Urso & Borges Advogados Associados
Dias de Souza Advogados
FAAP
Fidalgo Advogados
Gomes Coelho & Bordin Sociedades de Advogados
Gueller e Vidutto – Sociedade de Advogados
Hasson Sayeg, Novaes e Venturole Advogados
Heleno Torres Advogados
JBS S.A.
Laspro Consultores
Lucon Advogados
Machado Meyer Advogados
Marcus Vinicius Furtado Coêlho Advocacia
Maria Fernanda Vilela & Advogados
Mauler Advogados
Milaré Advogados
Moraes Pitombo Advogados
Moro e Scalamandrê Advocacia
Mubarak Advogados
Multiplan
Nelio Machado Advogados
Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo
Palheiro & Costa – Sociedade de Advogados
Pardo Advogados Associados
Perez e Rezende Advogados
Procópio de Carvalho Advocacia
Refit
SOB – Sacramone, Orleans e Bragança Advogados
Tavares & Krasovic Advogados
Tojal Renault Advogados
Warde Advogados

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-jun-11/gilmar-mendes-prega-autocomposicao-e-menos-litigios-3/>